

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

ÁLVARO GLEI GUILHAMILHO AVILA

**UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SETOR DE HABITAÇÃO
PARA POPULAÇÕES QUE VIVEM EM ÁREAS DE RISCO NO BAIRRO GETÚLIO
VARGAS NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE-RS**

**Porto Alegre
2012**

ÁLVARO GLEI GUILHAMILHO AVILA

**UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SETOR DE HABITAÇÃO
PARA POPULAÇÕES QUE VIVEM EM ÁREAS DE RISCO NO BAIRRO GETÚLIO
VARGAS NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Rosinha da Silva Machado Carrion

**Porto Alegre
2012**

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Diva, pelo incentivo, apoio e amor em mais esta etapa da minha vida.

À Professora Dra. Rosinha da Silva Machado Carrion, pelas contribuições, orientações e ajuda para a realização deste trabalho de conclusão de curso.

À tutora Patrícia Bianchessi Domingues pela disponibilidade, atenção, carinho, confiança e orientação incondicionais.

À minha amiga Maria Heleida Viana Montiel, pela compreensão, ajuda e fé para a conclusão desta especialização.

À colega e amiga Aline Zielinsky Wartner pelo carinho, colaboração e aprendizado compartilhado, e demais colegas da turma da especialização.

Ao tutor José Manuel Marcolino pelo estímulo e elogios no decorrer da especialização, e aos demais tutores e professores das disciplinas da especialização.

A todos os amigos e familiares que acreditaram e me incentivaram para a conclusão desta especialização.

A todos os servidores municipais que me ajudaram na realização da pesquisa.

A Deus e todas as forças da natureza pela saúde e fé.

A todos, o meu muito obrigado.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

José de Alencar

RESUMO

O tema habitação é considerado um dos grandes problemas a ser enfrentado pelo poder público. Para a solução desta problemática, políticas públicas devem ser implementadas, tendo como objetivo atender as necessidades da população, em especial dos grupos instalados à margem da sociedade e que vivem em áreas de risco. O município de Rio Grande-RS, a exemplo de tanto outros no país, também apresenta enormes problemas habitacionais, principalmente para as populações que vivem em áreas de risco, tanto nas condições das habitações quanto nas áreas onde estão instaladas. Em face da expansão portuária, fruto do excelente momento econômico que passa o município, uma parte dos moradores do bairro Getúlio Vargas será removida, dita parte constituída de uma população de 1.155 habitantes, e realocada em apartamentos situados próximos à área de origem. A área desocupada será utilizada para a execução de obras de infra estrutura urbana. O presente trabalho objetiva verificar a favorabilidade ou desfavorabilidade do projeto habitacional pela população que vive em áreas de risco no bairro Getúlio Vargas, no município de Rio Grande, e tem sua relevância na promoção de uma reflexão acerca das políticas públicas habitacionais e o que estas trazem para a realidade da população em área de risco, no bairro Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Habitação. Políticas Públicas. Áreas de Risco.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	06
2 BREVE HISTÓRICO DO TEMA HABITAÇÃO NO BRASIL.....	09
3 POLÍTICAS PÚBLICAS	11
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA HABITAÇÃO	12
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ÁREAS DE RISCO	14
4 CONTEXTUALIZANDO A QUESTÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE, NO RIO GRANDE DO SUL	16
4.1 O BAIRRO GETÚLIO VARGAS, EM RIO GRANDE: UMA ÁREA DE RISCO	17
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	20
6.1 APRESENTAÇÃO DO CASO	20
6.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS	20
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24
ANEXOS	27

1 INTRODUÇÃO

A habitação é vital para o ser humano. O papel do Estado passa a ser fundamental nesta temática principalmente quando o alvo são as populações que vivem em áreas de risco. A temática da habitação surge no Brasil a partir do povoamento das cidades, muitas erguidas de forma desordenada em função da abolição da escravidão e das atividades industriais (NOAL; JANCZURA, 2011). É considerado um dos grandes problemas a serem enfrentados pelo poder público (MOTTA, 2011).

Após o golpe de 1964, os militares criam o Banco Nacional da Habitação – BNH, com o propósito de solucionar o problema de falta de moradias, objetivando instaurar uma política duradoura de financiamento capaz de incrementar e fortalecer o setor de construção civil habitacional, o qual foi atingido (BONDUKI, 2008). Com a extinção do BNH em 1986, aliado à recessão econômica brasileira, investimentos na área habitacional são relegados para segundo plano. Uma das consequências da falta destes investimentos são as ocupações de terrenos por famílias de baixa renda (ROCHA, 2010).

Compete ao poder público o desenvolvimento de ações voltadas para o enfrentamento desta problemática. As políticas públicas são ações voltadas para a coletividade, as quais podem ser acompanhadas e fiscalizadas pela sociedade. Através da implementação de políticas públicas, o Estado proporciona que as cidades desenvolvam as habilidades necessárias para enfrentar situações adversas (GALLO, 2009). Neste sentido, as políticas públicas têm como objetivo atender as necessidades da população, em especial dos grupos instalados à margem da sociedade, fragilizados pela situação extremamente difícil em que vivem (TEIXEIRA, 2002).

O Brasil tem necessidades urgentes de moradias que atendam duas premissas básicas: o déficit existente e a disponibilidade de habitações que sejam adequadas para a perfeita habitabilidade das pessoas (ANDRADE, 2007). Historicamente as políticas públicas voltadas para a habitação no Brasil raramente oferecem uma solução para as pessoas menos favorecidas (NOAL; JANCZURA, 2011). Num país com enormes distorções e diferenças entre as classes sociais, as políticas públicas voltadas para a área de habitação, em especial à população que vive em áreas de risco, ainda são incipientes.

As áreas de risco são aquelas sujeitas a acontecimentos calamitosos, ações da natureza ou do próprio homem (OLIVEIRA et al, 2006). Embora a legislação proíba que tais áreas sejam loteadas (BRASIL, 1979), muitas vezes é o poder público que disponibiliza serviços e infra estrutura necessários ao bem estar da população. Nestes termos, as pessoas

que vivem em áreas de risco requerem atenção especial do poder público. A prática de exclusão das classes sociais menos favorecidas corrobora com a origem e continuidade das ocupações irregulares, em sua maioria, inadequadas para a habitabilidade.

Tendo o Porto do Rio Grande se consolidado como um dos maiores do país a partir da segunda metade do século XIX, grandes empresas, nacionais e estrangeiras, se estabelecem no município, próximas ao porto, necessitando de mão-de-obra que, sem ter onde morar, instala-se às margens e arredores das empresas, na zona portuária, formando vilas de operários, com enorme precariedade, em áreas muitas vezes constituídas por aterramento. Com a grande movimentação de cargas, exigindo embarcações maiores, na década de 1970 as atividades portuárias passam a serem desempenhadas no Porto Novo, distante dez quilômetros do Porto Velho, dificultando desta forma o acesso dos trabalhadores (MARTINS, 2010).

O município de Rio Grande, como tantos outros no estado e no país, apresenta enormes problemas habitacionais, principalmente as populações que vivem em áreas de risco, tanto nas condições das habitações quanto nas áreas onde estão instaladas.

Em virtude das atividades do porto, surge o bairro Getúlio Vargas. Está situado em local privilegiado, próximo ao porto, do centro da cidade e ocupa uma área destinada a expansão portuária. O bairro se consolidou em consequência da recessão econômica, que não proporcionava a ampliação das atividades econômicas e principalmente pelo insucesso das políticas públicas habitacionais, obrigando as pessoas de baixa renda a invadir terrenos (MARTINS, 2010).

Em face da expansão portuária, uma parte dos moradores do bairro será removida, dita parte constituída de uma população de 1.155 habitantes, distribuídos em 377 casas, e realocada em apartamentos construídos em duas áreas cedidas pela Superintendência do Porto do Rio Grande-SUPRG. A nova área é próxima à de origem, que será utilizada para a execução de obras de infra estrutura urbana. Para que a política habitacional possa ser implementada, várias diretrizes devem ser adotadas e, entre elas, estão a adoção e junção de políticas de habitação de interesse social com políticas sociais, visando a inclusão social das populações instaladas em áreas de risco.

A questão de pesquisa que norteia este trabalho busca saber: qual a visão da população que vive em áreas de risco no bairro Getúlio Vargas a respeito do projeto habitacional implementado?

O presente trabalho tem como objetivo geral verificar a favorabilidade ou desfavorabilidade do projeto habitacional pela população que vive em áreas de risco no bairro Getúlio Vargas, município de Rio Grande-RS, tendo como objetivos específicos identificar os

aspectos favoráveis, na ótica dos moradores, do projeto habitacional; identificar os aspectos desfavoráveis, na ótica dos moradores, do projeto habitacional; e contrapor os aspectos favoráveis e desfavoráveis do projeto habitacional.

Este trabalho tem sua relevância por promover uma reflexão acerca das políticas públicas habitacionais e o que estas trazem para a realidade da população situada em área de risco, no bairro Getúlio Vargas, no município de Rio Grande-RS.

Este estudo apresentará no primeiro capítulo um breve histórico do tema habitação no Brasil; o segundo capítulo tratará das políticas públicas; no terceiro capítulo será contextualizada a questão habitacional no município de Rio Grande; o quarto capítulo apresentará os procedimentos metodológicos; o quinto capítulo se constituirá da apresentação e análise dos resultados; o sexto capítulo apresentará as considerações finais.

2 BREVE HISTÓRICO DO TEMA HABITAÇÃO NO BRASIL

O bem habitação é constituído de particularidades que ratificam a participação do governo, adotando uma postura pró ativa no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a construção e comercialização de unidades habitacionais (SANTOS, 1999). O mesmo autor em Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998 (1999, p.8) apresenta:

A habitação é um bem muito caro, de modo que sua comercialização depende muito de esquemas de financiamento de longo prazo aos demandantes finais; a habitação é uma necessidade básica do ser humano, de modo que toda a família é uma demandante em potencial do bem habitação.

Estes destaques explicitam o importante papel que o Estado deve exercer na temática habitacional, principalmente quando o alvo são as famílias mais vulneráveis, localizadas em áreas de risco.

Neste contexto, destaca-se a importância do fato que a sobrevivência nos centros urbanos está intrinsecamente ligada ao acesso à moradia. Não há o que questionar, uma vez que a habitação constitui-se num dos direitos básicos da cidadania, aliada basicamente à saúde e educação (CARDOSO, 2011).

A temática da habitação surge no Brasil a partir do povoamento das cidades, muitas erguidas de forma desordenada em função da abolição da escravatura e das atividades industriais. Não faltaram ações para que a situação melhorasse, mas a grande maioria não atingiu os objetivos, sendo meramente paliativas (NOAL; JANCZURA, 2011).

Quando se fala em habitação no Brasil, somos obrigados a lembrar que este tema é considerado um dos grandes problemas a serem enfrentados pelo poder público. O desenvolvimento de políticas públicas neste setor é fundamental para que sejam identificadas alternativas que realmente atendam às reivindicações da população. Para que isso aconteça, além da construção de casas dignas de habitabilidade, as questões atinentes à infra estrutura urbana e saneamento básico também devem ser priorizadas. Por mais de um século populações em situação de vulnerabilidade social foram simplesmente ignoradas por seus representantes, e isto está sendo sentido hoje através dos problemas urbanos existentes em todas as cidades do país (MOTTA, 2011).

A partir da década de 1960, através do Banco Nacional da Habitação-BNH, são realizados grandes investimentos referentes à construção de moradias para populações de baixa renda no Brasil. O BNH foi criado pelos militares, após o golpe de 1964, com o propósito de solucionar o problema de falta de moradias em consequência do forte

crescimento urbano. Tinha o objetivo de instaurar uma política duradoura de financiamento capaz de incrementar e fortalecer o setor de construção civil habitacional, o qual foi atingido (BONDUKI, 2008). Com a extinção do BNH em 1986, aliado à recessão econômica brasileira, investimentos na área habitacional são relegados para segundo plano. A consequência da falta destes investimentos, o número de invasões de imóveis abandonados e de ocupações de terrenos por famílias de baixa renda passam a ter maior incidência (ROCHA, 2010).

Através da participação efetiva de diversos profissionais de áreas distintas, no período entre 1999 e 2000 é realizado o Projeto Moradia, formulado pelo Instituto Cidadania – em processo de transição para o Instituto Lula – uma organização não governamental presidida por Luiz Inácio Lula da Silva. Este projeto aglutinou e resumiu várias propostas espalhadas, promovendo um plano de direcionamento para o problema habitacional no país em quinze anos. Foi muito importante na base do programa eleitoral do futuro presidente (BONDUKI, 2008).

Em 2009 o governo federal se compromete com a problemática da falta de moradias. Desta vez com a participação do setor privado. Aprovou a lei que regulamenta o Programa Minha Casa, Minha Vida, o qual tem sua execução em parceria com os municípios, tendo como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de unidades habitacionais, para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos (BRASIL, 2009).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo será abordado sobre política pública, com ênfase para as políticas direcionadas à área habitacional no país.

Diversos são os conceitos sobre políticas públicas. Pode-se dizer que as políticas públicas são os meios pelos quais se dá direção às ações dos órgãos e gestores públicos, no que tange às relações entre os diversos atores da sociedade e do próprio Estado. Através delas se dá o exercício do poder político, por meio da concessão ou não de auxílios e melhoramentos, por força da lei (TEIXEIRA, 2002).

Para Teixeira (2002, p.3):

As políticas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social.

As políticas públicas são ações voltadas para a coletividade, as quais podem ser acompanhadas e fiscalizadas pela sociedade. Através da implementação de políticas públicas, o Estado proporciona que as cidades desenvolvam as habilidades necessárias para enfrentar situações adversas (GALLO, 2009). Neste sentido, as políticas públicas têm como objetivo atender as necessidades da população, em especial dos grupos instalados à margem da sociedade, fragilizados pela situação extremamente difícil em que vivem. São os governantes que interpretam o que esses grupos precisam, muitas vezes pressionados pelas classes marginalizadas (TEIXEIRA, 2002).

Gallo (2009, p.2) assevera que:

Para que uma política pública alcance dimensões ideais deve ter bem estabelecidos seus objetivos, os meios para alcançá-los, o tempo de duração do programa e por último a seleção de prioridades, pois, em se tratando de política pública o Estado sempre terá que lidar com a escassez de recursos.

Com o impacto do crescimento populacional no município de Rio Grande, em consequência do pleno desenvolvimento proporcionado e alavancado principalmente pelo Polo Naval, com a construção de estaleiros e cascos para navios, a população exige que as autoridades tomem as medidas necessárias para que o advento deste novo cenário promissor não se transforme num evento efêmero. A cidade de Rio Grande vem passando por um momento de transição, resultado da transformação dos centros urbanos. Neste sentido, reportagem do Jornal Agora (O CAÓTICO..., 2011, p.6) constata que:

Para crescer, é preciso ter planejamento, Rio Grande vive um momento em que as notícias são animadoras com empreendimentos cada vez maiores. Para isso, é preciso vislumbrar um município em que o desenvolvimento chega com uma velocidade surpreendente e a burocracia pública, por vezes, não consegue acompanhar.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA HABITAÇÃO

O Brasil tem necessidades urgentes de moradias que atendam duas premissas básicas: o déficit existente e a disponibilidade de habitações que sejam adequadas para a perfeita habitabilidade das pessoas. De forma geral elas devem proporcionar completa infraestrutura, tendo no mínimo saneamento básico, luz elétrica e acesso a transportes (ANDRADE, 2007).

A falta de investimentos em obras de infra-estrutura nas áreas menos favorecidas, deixa bem a mostra que o foco dos recursos destinados a este fim no Brasil não está situado nas zonas marginais das cidades. A baixa qualidade dos transportes públicos, aliada ao alto valor das tarifas, faz com que as ocupações próximas às áreas centrais da cidade e do local de trabalho se intensifiquem (ANDRADE, 2007).

O Estatuto da Cidade, como ficou conhecido a Lei n.º 10.257/2001, é que estabelece as diretrizes gerais da política urbana no país e tem, entre outras diretrizes, o objetivo de regularizar as funções sociais das cidades e da propriedade urbana (BRASIL, 2001). Na obra Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos (2002, p.21) consta que:

O estatuto abarca um conjunto de princípios – no qual está expressa uma concepção de cidade e de planejamento e gestão urbanos – e uma série de instrumentos que, como a própria denominação define, são meios para atingir as finalidades desejadas. Entretanto, delega – como não podia deixar de ser – para cada um dos municípios, a partir de um processo público e democrático, a explicação clara destas finalidades. Neste sentido, o Estatuto funciona como uma espécie de “caixa de ferramentas” para uma política urbana local.

Com vistas ao atendimento das políticas urbanas locais, ratifica-se a necessidade de aprovação e adequação dos planos diretores à nova realidade do país, que necessita de ações pró-ativas para que a carência habitacional seja suprida. O Plano Diretor Participativo do Município de Rio Grande (Lei n.º 6.585/2008).

Estabelece as diretrizes e proposições de desenvolvimento urbano municipal e visa a proporcionar melhores condições para o desenvolvimento integrado e harmônico e o bem-estar da comunidade do Rio Grande e é o instrumento básico, global e

estratégico da política de desenvolvimento urbano determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam no Município.

De acordo com Noal e Janczura (2011, p.157):

A crise habitacional brasileira tem atingido patamares alarmantes merecendo não apenas respostas referentes à demanda por quantidade de moradias como, principalmente, o repensar de uma situação em que seja possível assegurar uma melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, melhores condições de habitabilidade.

Neste aspecto é importante verificar qual a postura que o governo adota para a solução da problemática habitacional: se é ativo, no sentido de tomar a iniciativa de resolver ou propor políticas públicas para tal, ou se adota uma postura na qual se isenta da tomada de ações, aguardando ser pressionado para fazer algo.

Num país com enormes distorções e diferenças entre as classes sociais, as políticas públicas voltadas para a área de habitação, em especial à população que vive em áreas de risco ainda são incipientes.

Historicamente as políticas públicas voltadas para a habitação no Brasil raramente oferecem uma solução para as pessoas menos favorecidas. Cada governo que assume renova as expectativas destas populações, no sentido de resolver ou, ao menos, amenizar o déficit habitacional (NOAL; JANCZURA, 2011).

As ações adotadas pelos governos, intervindo na política de habitação popular, começaram a fracassar quando teve início o alto índice de inadimplência dos moradores. O financiamento de novos núcleos habitacionais dependia do lucro auferido nas unidades já construídas (NOAL; JANCZURA, 2011).

Esta inadimplência foi motivada, em grande parte pela postura excludente das autoridades, removendo as populações de baixa renda para áreas distantes das zonas centrais das cidades, do mercado de trabalho, do comércio em geral, privando, ainda, da ausência de equipamentos comunitários, como postos de saúde e escolas, além de não disponibilizar um transporte coletivo decente para os moradores. Um exemplo negativo desta fase da política habitacional no país é o Conjunto Habitacional Cidade de Deus, situado no município do Rio de Janeiro-RJ, marcado pelas altas taxas de criminalidade e violência (NOAL; JANCZURA, 2011).

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ÁREAS DE RISCO

As áreas de risco são aquelas sujeitas a acontecimentos calamitosos, ações da natureza ou do próprio homem (OLIVEIRA, et al, 2006). Embora a legislação federal proíba que áreas de risco sejam loteadas (BRASIL, 1979), muitas vezes é o poder público que disponibiliza serviços e infraestrutura necessários ao bem estar da população, contribuindo sobremaneira para uma maior ocupação destas áreas.

Não é novidade o fato de sermos passíveis de correr riscos a todo instante, da mesma forma que estes riscos fazem parte da natureza humana (TORRES, 1998). O mesmo autor destaca que a ideia de risco é mutável no decorrer do tempo, e que a questão de se submeter a eles é interpretada e sujeita a restrições pelas diversas sociedades, exemplificando com o consumo de alimentos e a exposição a materiais perigosos e nocivos à saúde.

Neste aspecto deve-se levar em conta os riscos ambientais que a população está submetida. As enormes distorções e diferenças entre as classes sociais condicionaram as pessoas menos favorecidas a se instalarem em áreas precárias, sem que pudessem observar minuciosamente se os riscos a que estariam subordinados eram aceitáveis, principalmente quanto ao impacto ambiental porventura imposto a todos os indivíduos.

Independentemente do porte das cidades brasileiras, as pessoas que vivem em áreas de risco requerem atenção especial do poder público. A prática de exclusão das classes sociais menos favorecidas corrobora com a origem e continuidade das ocupações irregulares, em sua maioria, inadequadas para a habitabilidade. Existem municípios que já perceberam a importância e gravidade deste tema, e buscam a análise e implementação de políticas públicas que proporcionem a realocação destas pessoas em áreas condizentes.

Um destes municípios é Campinas, no interior do estado de São Paulo. Em que pese a difícil condição habitacional dos grupos instalados em áreas de risco, o governo de Campinas se comprometeu com o desafio de analisar e implementar políticas públicas voltadas para o atendimento destas pessoas. Na realidade, a abordagem é extremamente delicada, uma vez que as ações a serem tomadas devem ser urgentes, visando o término das atitudes excludentes que fomentam a informalidade que passou a ser uma coisa comum. O desenvolvimento de ações e a tomada de atitudes que efetivamente combatam a vulnerabilidade das pessoas em áreas de risco são condicionantes para enfrentar esta situação. Campinas, importante cidade do interior paulista, enfrenta marcantes desafios, frutos de um passado próspero, tanto pela sua capacidade produtiva, quanto pelo crescimento populacional e consequente ocupação das áreas urbanas. Esse avanço desenfreado não teve o cuidado

necessário do poder público, propiciando o surgimento de favelas (SERRA, 2005). Quanto à articulação de políticas na área de habitação, foram ressaltados pontos como a ocupação das áreas ociosas, legalização de favelas, construção de moradias de interesse social e políticas de subsídios para financiamento de unidades habitacionais. Quanto às áreas de risco o ponto crucial está na definição das referidas áreas e na análise e formulação de ações para a transferência das famílias (SERRA, 2005).

No município de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, foi elaborado o primeiro plano municipal de redução de riscos a escorregamento de solo e rocha em assentamentos precários no município. O plano objetiva identificar as áreas de risco e propor medidas de intervenções. As diversas etapas iniciam com a diagnosticção da situação atual, identificação e definição de áreas de alto risco, propostas de contenções, a inserção da comunidade e, por fim, a tomada de decisão quanto às áreas que serão atendidas, levando-se em conta a estimativa de custo para a implementação do plano (ROCHA, 2009).

4 CONTEXTUALIZANDO A QUESTÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE, NO RIO GRANDE DO SUL

O Porto do Rio Grande consolida-se como um dos maiores do país a partir da segunda metade do século XIX. Obras de vulto, principalmente no aumento do calado para quatorze metros de profundidade, oportunizam que embarcações maiores o utilizem na década de 1920, fazendo com que grandes empresas, nacionais e estrangeiras, se estabeleçam no município. Na sua maioria, empresas do ramo têxtil e alimentício situam-se próximo ao porto, acarretando uma grande necessidade de mão-de-obra que, sem ter onde morar, instala-se às margens e arredores das empresas, na zona portuária, formando vilas de operários, com enorme precariedade, em áreas muitas vezes constituídas por aterramento (MARTINS, 2010).

Com a grande movimentação de cargas, exigindo embarcações maiores, o município passa a ter uma mudança na sua caracterização, com construções de casas para os comerciantes, templos religiosos, clubes sociais e estatais. Em consequência disso, na década de 1970 as atividades portuárias passam a ser desempenhadas no Porto Novo, distante dez quilômetros do Porto Velho, dificultando desta forma o acesso dos trabalhadores (MARTINS, 2010).

O município de Rio Grande, como tantos outros no estado e no país, apresenta enormes problemas habitacionais, principalmente as populações que vivem em áreas de risco, que na sua grande maioria vivem em situações extremamente precárias, tanto nas condições das habitações quanto nas áreas onde estão instaladas. E não é preciso ser um pesquisador para constatar isso. Basta percorrer as áreas marginais da zona central, os bairros mais afastados e as populações situadas na orla portuária para que se constate a veracidade.

No município de Rio Grande, algumas ocupações são regularizadas basicamente através de dois projetos: o Plano de Subsídio de Habitação de Interesse Social-PSH e o Morar Melhor. O PSH é um projeto do Ministério das Cidades, com a adesão da Prefeitura em conjunto com a Caixa Econômica Federal, o qual tem por objetivo o acesso à moradia digna às populações de baixa renda, através da concessão de subsídios (BRASIL, 2005). O Projeto Morar Melhor objetiva ampliar a capacidade de moradias construídas, através da política de melhoria das condições de saneamento básico, promovendo melhorias com ênfase nos serviços de saneamento básico e ambiental, proporcionando assim um aumento no número de moradias nas áreas de vulnerabilidade social. Os recursos são da União e repassados aos entes federados para a sua implementação (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2003).

Com a injeção de recursos por parte do Governo Federal, a partir do ano de 2008, ocorre uma significativa mudança no cenário da zona sul do Estado do Rio Grande do Sul e o Município de Rio Grande é alvo de médios e grandes investimentos. A consolidação do Polo Naval em Rio Grande, em especial pela construção de plataformas e cascos para a exploração do pré-sal, traz consigo uma série de mudanças na vida dos munícipes. Para que as atividades do Pólo Naval possam ser desempenhadas, algumas áreas próximas precisam ser desocupadas. E nestas áreas, onde está situado o bairro Getúlio Vargas, constituídas de terrenos próximos ao cais portuário e destinadas à expansão portuária, instalação e ampliação de empresas, e implantação de novas vias de acesso, estão localizados trabalhadores e sucessores que se instalaram quando do início da atividade do porto.

Algumas moradias do bairro Getúlio Vargas estão justamente nestas áreas, e o Município em conjunto com o Governo do Estado, através da Superintendência do Porto do Rio Grande-SUPRG, estão tratando da remoção destas pessoas, inicialmente com a cessão de duas áreas para a construção de novas unidades habitacionais, podendo assim utilizar a área desabitada para a expansão portuária. As áreas cedidas são próximas à área ocupada, dispendo de infra estrutura urbana, além da disponibilidade de comércio e serviços.

4.1 O BAIRRO GETÚLIO VARGAS, EM RIO GRANDE: UMA ÁREA DE RISCO

O bairro Getúlio Vargas surge em função das atividades do porto, desde a sua construção. Está situado em local privilegiado, próximo ao porto, do centro da cidade e ocupa uma área destinada a expansão portuária. O bairro se consolidou em consequência da recessão econômica, que não proporcionava a ampliação das atividades econômicas e principalmente pelo insucesso das políticas públicas habitacionais, que obrigou as pessoas de baixa renda a invadir terrenos, muitas motivadas pela proximidade das atividades laborais (MARTINS, 2010).

É constituído em parte por boas habitações, mas na sua grande maioria por pessoas situadas em áreas de risco. Em face da expansão portuária, uma população de 1.155 habitantes, distribuídas em 377 casas, será removida e realocada em apartamentos construídos em duas áreas cedidas pela Superintendência do Porto do Rio Grande-SUPRG. A nova área é próxima à de origem, que será utilizada para a execução de obras de infra estrutura urbana.

As novas moradias constituem-se de apartamentos com área de 40,00m² (quarenta metros quadrados), localizados nos Conjuntos Residenciais Getúlio Vargas I e II, construídos com recursos advindos das obras do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, do Governo Federal, com contrapartida do Estado, através da Superintendência do Porto. Segundo o Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento, Paulo Renato Cuchiara, a conclusão das obras está prevista para o final do mês de abril de 2012 (GOVERNO FEDERAL, 2012, p.5).

A habitação constitui-se em um dos elementos de Política Social, e nestes termos a Política Municipal de Habitação, contida no Plano Diretor Participativo do município, tem como objetivo geral (2008, p.9): “Solucionar a carência habitacional no município e integrar os assentamentos informais ao conjunto da cidade, garantindo acesso à terra urbanizada e à moradia aos habitantes do município, respeitado o interesse público e o meio ambiente.”

Para que a política habitacional possa ser implementada, várias diretrizes devem ser adotadas e, entre elas, estão a adoção e junção de políticas de habitação de interesse social com políticas sociais, visando a inclusão social das populações instaladas em áreas de risco, bem como fazer avançar os processos de regularização fundiária, provendo de infra estrutura urbana e saneamento básico os núcleos habitacionais informais.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho foi realizado através de uma pesquisa qualitativa. Godoy (1995) esclarece que nesta abordagem a pesquisa se constitui de elementos que enfatizam a busca por novas informações e a constatação e ampliação do saber já existente. Em suma, neste estudo o pesquisador adota uma postura de trabalho alicerçada em um roteiro pré-estabelecido, preocupando-se com a análise qualitativa dos resultados obtidos.

Esta pesquisa se baseará em um estudo de caso que investiga fenômenos contemporâneos os quais evidenciam fronteiras entre o contexto e o fenômeno quando estes não estão claramente evidentes. O estudo de caso do tipo exploratório objetiva definir hipóteses ou proposições para futuras pesquisas (YIN, 2005).

Foi elaborado um termo de consentimento livre e esclarecido, no qual os dez entrevistados permitiram o uso dos dados coletados na pesquisa. Suas identidades foram preservadas, sendo utilizadas as cores Cinza, Azul, Marrom, Amarelo, Verde, Rosa, Laranja, Branco, Preto e Vermelho para a identificação de suas respostas.

As entrevistas foram realizadas através de um roteiro, ver Anexo 1, elaborado pelo pesquisador segundo os objetivos propostos na pesquisa. Os encontros com os moradores foram realizados nas dependências do Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estiva de Minérios nos Portos – SINDESTIVA, situada no bairro Getúlio Vargas, na zona portuária, nos dias 27 de janeiro, 03 de fevereiro e 07 de fevereiro de 2012, a partir das 18 horas. Os entrevistados foram contatados através da comissão de moradores, mediante solicitação do pesquisador.

Após a coleta de dados nas entrevistas, o conteúdo das gravações foi transcrito e analisado, dando origem a três categorias de análise: Categoria Um – visão favorável da população em área de risco à política habitacional implantada; Categoria Dois – visão desfavorável da população em área de risco à política habitacional implantada; e Categoria Três – contraponto entre os aspectos favoráveis e desfavoráveis da política habitacional.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

6.1 APRESENTAÇÃO DO CASO

Uma população de 1.155 habitantes que vivem em áreas de risco no bairro Getúlio Vargas, no município de Rio Grande, está localizada numa região insalubre que em época de chuva, fica completamente alagada. Dita área é destinada à expansão portuária e estes moradores serão removidos para duas áreas próximas. A questão da remoção é bastante polêmica, dividida entre os moradores que aprovam e os que não aprovam a política pública habitacional que está sendo implementada pelo poder público.

Em face da remoção, nos propusemos a verificar a efetividade das políticas públicas direcionadas para estas pessoas que vivem nas referidas áreas de risco.

6.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A contrapartida para a remoção implica em disponibilizar moradias dignas, em condições de habitabilidade, em locais providos de infraestrutura urbana e saneamento básico. O acesso a transporte público eficiente, iluminação pública e policiamento ostensivo, além de equipamentos comunitários, como postos de saúde e escolas, devem ser ações paralelas agregadas a qualquer política habitacional.

Os moradores do bairro Getúlio Vargas serão instalados em apartamentos com 40,00m² (quarenta metros quadrados), constituídos de 2 (dois) dormitórios, sala, cozinha, área de serviço e banheiro. A região é dotada de infraestrutura urbana e saneamento básico. Possui estabelecimentos comerciais e de serviços, além de iluminação pública e está localizada próxima de postos de saúde, escolas, delegacia de polícia civil e batalhão de polícia militar.

A análise geral das entrevistas proporcionou a obtenção de importantes informações. Questionados sobre os aspectos favoráveis, obtivemos as seguintes respostas: cinco entrevistados responderam que gostaram muito dos apartamentos; três deles enfatizaram que agora terão uma moradia própria e cinco frisaram que um ponto positivo é que os apartamentos foram construídos perto do centro da cidade. O fato dos apartamentos serem novos também foi destacado. Os entrevistados Azul, Marrom e Verde, expuseram que os apartamentos são muito bons e vou cuidar muito bem deles. Sobre este aspecto, a entrevistada Azul declarou:

“Gostei muito dos apartamentos. Diferente de outras remoções que já aconteceram na cidade em outros tempos, nós vamos ficar perto do centro. Como eu sou viúva e moro sozinha, vai sobrar um quarto pra quando eu receber visitas que vêm de longe e elas poderão dormir.”

Outro entrevistado disse que o apartamento é muito bom e fica perto do centro da cidade. Quer cuidar dele, colocar alarme e ajudar os outros moradores, principalmente quanto à questão da higiene (Entrevistado Marrom). Os programas em áreas de risco devem envolver os seus moradores, e, em havendo remoção dos mesmos, deve-se primar para que o novo local seja próximo ao de origem, procurando não romper as relações de amizade e vizinhanças (ANDRADE, 2007).

Um aspecto de conflito que muitas vezes ocorre é justamente quando o poder público prioriza a realização de obras de infra estrutura que acarretará na remoção de moradores, os quais na maioria das vezes serão reassentados em apartamentos. Esta situação normalmente é caracterizada pela resistência dos moradores, que deixarão todo um espaço conquistado e uma história para traz (MOTTA, 2011). Neste aspecto, indagamos os entrevistados sobre os aspectos desfavoráveis que eles observaram no projeto de moradia proposto. As entrevistadas Cinza e Rosa foram taxativas em declarar que não querem morar nos apartamentos. A entrevistada Cinza declarou:

“Sou totalmente contra a remoção, e isso está sendo motivo pra minha separação do meu marido. Já conversamos sobre isso e ele não me entende. Temos seis filhos, de relacionamentos diferentes. Três são meus e três são dele. O apartamento é muito pequeno pra uma família deste tamanho. Eu não tenho condições de cuidar e educar todos eles assim.”

A entrevistada Cinza encerra dizendo que o seu marido gostou do apartamento, mas ela não. Também não quis sugerir nenhum tipo de melhoria, alegando que deveriam construir casas, ao invés de apartamentos.

Outro ponto importante, ainda sobre os aspectos desfavoráveis, se refere à questão da adaptação dos moradores em apartamentos. Os entrevistados Laranja, Verde e Preto disseram que não sabem se irão se adaptar, pois sempre moraram em casas.

Quando perguntados sobre as sugestões de melhoria, as respostas evidenciam que alguns gostariam que os apartamentos fossem maiores (entrevistados Cinza e Amarelo) e que seja eleito um síndico que cuide da questão do consumo e tráfico de drogas, da prostituição e da segurança dos moradores (entrevistados Azul, Branco, Preto e Vermelho). Sobre este aspecto temos o seguinte relato da entrevistada Azul:

“Eu quero que a gente tenha um síndico que faça o que for preciso pra evitar o uso de drogas e principalmente a prostituição que está muito grande aqui no bairro. Com tanta gente nova na cidade, a prostituição aqui está demais. Eu tenho medo de sair de casa no fim de tarde por causa disso e não quero que isso aconteça lá no condomínio.”

O trabalho apresentou algumas limitações:

- a) demora na obtenção das informações iniciais de parte do poder público, atrasando o início do trabalho de pesquisa;
- b) número de respondentes aquém do esperado, embora entendamos que os entrevistados tenham sido suficientes para a realização do trabalho e anotação das considerações finais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou refletir acerca das políticas públicas habitacionais e o que estas trazem para a realidade da população situada em área de risco, no bairro Getúlio Vargas, no município de Rio Grande-RS. A questão de pesquisa que direcionou o trabalho buscou saber qual a visão da população que vive em áreas de risco no bairro Getúlio Vargas a respeito do projeto habitacional implantado. Para esta resposta, verificou-se a favorabilidade ou desfavorabilidade do projeto habitacional para as pessoas que vivem na referida área.

Uma população de 1.155 habitantes que vivem nesta área de risco está localizada numa região insalubre que facilmente fica alagada em decorrência das chuvas. Dita área é destinada à expansão portuária e estes moradores serão removidos para duas áreas próximas. A questão da remoção é bastante polêmica, pois a favorabilidade à política pública implementada pelas autoridades tem opiniões diferentes entre os moradores.

A contrapartida para a remoção implica em disponibilizar moradias dignas, em condições de habitabilidade e em locais providos de infraestrutura urbana e saneamento básico. O acesso a transporte público eficiente, iluminação pública e policiamento ostensivo, além de equipamentos comunitários, como postos de saúde e escolas, devem ser ações paralelas agregadas a qualquer política habitacional. Basicamente, programas destinados às pessoas em áreas de risco devem estar alinhados com as causas relacionadas ao meio ambiente e sua preservação, fazendo com que os moradores integrem todas as etapas do projeto e, em caso de remoção e realocação dos mesmos, priorizar para que o novo local seja próximo da área da remoção, permitindo que as relações de vizinhança não sejam interrompidas (ANDRADE, 2007). Ainda que todos estes aspectos tenham sido levados em consideração, a relutância e indignação em desocupar a área são enormes. A maioria – senão a quase totalidade – dos moradores que serão removidos vivem em casas sem condições de uma digna habitação, verdadeiros casebres.

As áreas escolhidas para a transferência dos moradores são próximas à de origem, e não comportariam a totalidade dos moradores, se o projeto de moradia fosse constituído de casas. Eles serão instalados em apartamentos de quarenta metros quadrados, com dois quartos, nos moldes do Padrão PAR, utilizado pela Caixa Econômica Federal nos programas de arrendamento residencial e de habitações populares. Imóveis deste padrão estão avaliados na faixa de cem mil reais, no município de Rio Grande.

A participação da comunidade na adoção de uma política pública é muito importante. Todos os moradores foram cadastrados e estão cientes que terão que abandonar suas casas.

Mas a aceitação não foi unânime, conforme verificamos nas entrevistas. O fato de outras políticas públicas estarem sendo prejudicadas e/ou comprometidas pela definição da remoção destes moradores, fez com que o poder público tomasse para si a decisão quanto a implementação de uma política pública que atendesse as necessidades desta população em geral. A decisão pode não ter sido a que atendia a expectativa da maioria dos moradores, mas foi a adotada pelas autoridades neste processo complexo, com o propósito de ofertar moradias dignas e em condições de perfeita habitabilidade.

Em que pese a penúria em que vive a população, somado às péssimas condições de habitabilidade das moradias, após a transferência e instalação no conjunto residencial os moradores terão outras demandas sociais atendidas, desta vez em condições dignas, através de programas e políticas públicas sociais, principalmente na área da saúde.

Novas pesquisas aliadas a implementação de políticas públicas sociais devem corroborar para a continuidade desta temática, encontrando guarida principalmente com a efetiva remoção dos moradores para o conjunto residencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Eliana Santos Junqueira de. **Habitação e o sistema nacional de habitação de interesse social**. Curso de Nivelamento. Capacitação em Habitação de Interesse Social. Set. 2007 Disponível em: <http://www.agehab.go.gov.br/pehis/download/texto_3.pdf>. Acesso em: 13 set. 2011.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**. ISSN 1984-5766, nº1-2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01.html>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BRASIL. Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

_____. Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001.

_____. Lei n.º 11.977, de 7 de julho de 2009.

_____. Ministério da fazenda. Ministério das cidades. **Portaria Interministerial n.º 335, de 29 de setembro de 2005**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/comunicados_oficiais/download/psh/portaria_PSH_335_29set2005.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2011.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Termo de referência**. Programa morar melhor. Brasília, jan. 2003. Disponível em: <https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/publicacao/texto/programa/TR_Morar_Melhor.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estatuto da cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. 2. ed. Brasília, 2002.

CARDOSO, Adauto Lucio. **Desigualdades urbanas e políticas habitacionais**. 26 abr. 2011. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/download/adauto_desig_urb_polhab.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2011.

GALLO, Gabriela Neves. Políticas Públicas e Regularização Fundiária. In: **VI Simpósio Internacional de Ciências Integradas da UNAERP campus Guarujá**, 2009, Guarujá. VI Simpósio Internacional de Ciências Integradas, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v.35, n.º2, p.57-63, abr. 1995. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901995000200008.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2012.

GOVERNO FEDERAL. Libera parcelas de recursos para obras no Rio Grande. **Jornal Agora**, Rio Grande, RS, p.5, 06 jan. 2012.

MARTINS, César Augusto Ávila. Morar e habitar em áreas portuárias na cidade do Rio Grande-RS, Brasil. Barcelona: Universidade de Barcelona. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Vol.XIV, n.º 331 (30), 1 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-30.htm>>. Acesso em: 06 dez. 2011.

MOREIRA, Camilla Fernandes; LEME, Alessandro André. **Direito à moradia**: políticas públicas nos governos FHC e LULA. Pesquisa desenvolvida durante o Programa de Bolsas Institucional de Iniciação Científica FAPEMIG/UFU 2010 – 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/12224/7101>>. Acesso em: 13 set. 2011.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil**: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. [2011]. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/MOTTA_Luana_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf> Acesso em: 29 nov. 2011.

NOAL, Ednilson Bolson; JANCZURA, Rosane. A política nacional de habitação e a oferta de moradias. **Textos & Contextos**, v.10, n.1, p.157-169, jan./jul. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7257/6431>>. Acesso em 28 set. 2011.

O CAÓTICO TRÂNSITO NO CENTRO DA CIDADE. **Jornal Agora**, Rio Grande, RS, p.6, 03 jun. 2011.

OLIVEIRA, Fernanda Abreu; MELLO, Eloy L.; PAIVA, Ed Carlo R.; CALIJURI, Maria Lúcia; GUIMARÃES, André O. **Identificação e discriminação de áreas de risco no entorno urbano de Ipatinga, Brasil**. Rev. Int. de Desastres Naturales, Accidentes e Infraestructura Civil. Vol. 7(1) 59. 2006 Disponível em: <<http://www.npa.net.br/scripts/site/index.php?area=nossasPublicacoes>> Acesso em 08 mar. 2012.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Cidade e Cidadania**: Inclusão Urbana e Justiça Social. Ciência e Cultura, v.56, n.2, abr./jun. 2004. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n2/a20v56n2.pdf>>. Acesso em 22 out. 2011.

RIO GRANDE. Lei Municipal n.º 6.585, de 20 de agosto de 2008.

ROCHA, Sergio Reinaldo da; SOUZA, Jordan Henrique da; BARROS, Airton Bodstein de. **Análises de risco e políticas públicas**: Juiz de Fora, uma experiência pioneira. V Seminário Internacional de Defesa Civil – DEFENCIL. Anais Eletrônicos. Artigos. São Paulo, 18 a 20 nov. 2009. Disponível em: <http://www.defesacivil.uff.br/defencil_5/Artigo_Anais_Eletronicos_Defencil_27.pdf> Acesso em 08 mar. 2012.

ROCHA, William Martins da. Direito a moradia e políticas públicas: Estudo de caso sobre a formação do Loteamento Cidade de Águeda no município do Rio Grande – RS. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças, Porto Alegre, 25 a 31 jul. 2010.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. **Políticas federais de habitação no Brasil: 1964/1998**. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA. Texto para discussão n.º 654, Brasília, jul. 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_654.pdf>. Acesso em 22 out. 2011.

SERRA, Ana Luiza Roma Couto; SCARASSATTI, Daniella Farias; PEDRO, Fábio Giardini; KATZ, Jason Patrick. **Políticas de intervenção em áreas de risco no município de Campinas**. Barcelona: Universidade de Barcelona. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol.IX, n.º 194 (75), 1 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-75.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2012

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Argumentação, Estilo, Composição**: introdução à escrita acadêmica. Porto Alegre: UFRGS/PPGE-Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Políticas Públicas – O Papel das Políticas Públicas, 2002. Disponível em: <http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2011.

TORRES, Haroldo da Gama. **A demografia do risco ambiental**. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, MG, 19 a 23 out. 1998. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a250.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2012.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Projetos**. 3.ed. Porto Alegre. Bookman, 2005.

ANEXOS

ANEXO 1**ROTEIRO PARA ENTREVISTA**

1. Quais os aspectos favoráveis que o senhor (a) observa no que se refere ao projeto de moradia que foi proposto?

2. Quais os aspectos desfavoráveis que o senhor (a) observa no que se refere ao projeto de moradia que foi proposto?

3. Na sua opinião o que poderia ser melhorado?

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) foi convidado(a) para participar da pesquisa **denominada** “Um olhar sobre as políticas públicas no setor de habitação para populações que vivem em áreas de risco no bairro Getúlio Vargas, no município de Rio Grande-RS, que tem como **objetivo geral** verificar a efetividade das políticas públicas implantadas nas áreas de risco no bairro Getúlio Vargas, município de Rio Grande-RS, no período de 2009 a 2011, tendo como **objetivos específicos** identificar as necessidades habitacionais dos grupos que vivem em áreas de risco; identificar as políticas públicas no setor de habitação para grupos que vivem em áreas de risco e traçar o comparativo entre as diretrizes da política de habitação para grupos que vivem em áreas de risco e a necessidade real destes grupos.

Este é um estudo baseado em uma pesquisa qualitativa, utilizando como método o estudo de caso do tipo exploratório.

As respostas serão tratadas de forma **confidencial**, isto é, não sendo tornado público o seu nome em nenhum momento do estudo. Quando da exemplificação de determinada situação, sua privacidade será assegurada. As **informações coletadas** serão utilizadas apenas **nesta** pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é **voluntária**, isto é, a qualquer momento você pode **recusar-se** a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e **retirando o seu consentimento**.

O(A) Sr(a) não terá nenhum **custo ou quaisquer compensações financeiras**. O **benefício** com a sua participação será de aumentar o conhecimento científico para o desenvolvimento de políticas públicas habitacionais, para a população que vive em áreas de risco.

O(A) Sr(a) receberá uma cópia deste termo onde consta o celular/e-mail do pesquisador, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Desde já agradecemos!

Nome do Pesquisador

Cel:

e-mail:

Rio Grande, ____ de _____ de 20__.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Sujeito da Pesquisa: _____
(assinatura)

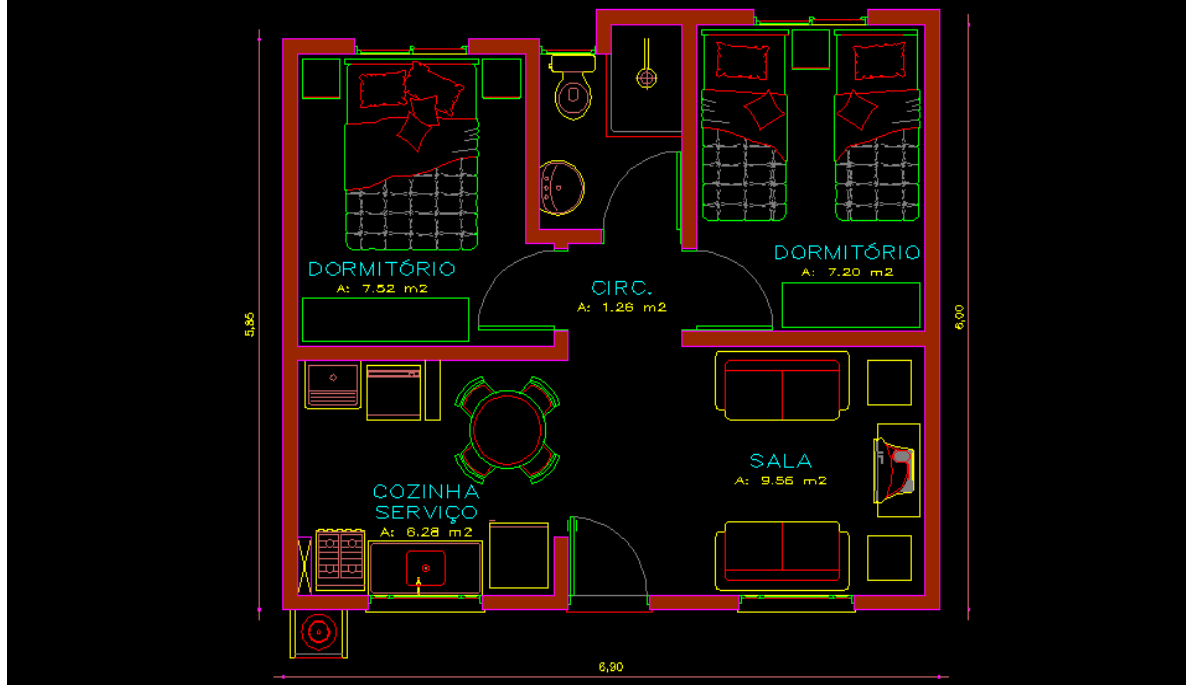
ANEXO 3
TERRENOS



**LOCALIZAÇÃO PRÓXIMA À OCUPAÇÃO DE ORIGEM E ÁREA CENTRAL,
INFRAESTRUTURA URBANA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.**

Fonte: Prefeitura Municipal do Rio Grande

ANEXO 4

APARTAMENTOS - 2 DORMITÓRIOS
Área construída de 40,00 m²

Fonte: Prefeitura Municipal do Rio Grande